



TERMO DE ENTREGA Nº **011/2013** OUTORGADO
PELA SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E
PLANEJAMENTO À SECRETARIA DE ESTADO
DA SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA, NAS
CONDIÇÕES ABAIXO ESTIPULADAS.

Pelo presente Termo de Entrega, a **SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO**, representada neste ato pelo Superintendente Executivo **Otávio Alexandre da Silva**, brasileiro, casado, portador da CI nº 267100 - SSP-GO e inscrito no CPF nº 135.177.591-04, residente e domiciliado nesta Capital, por delegação, (Decreto nº 7.434/2011 e Portaria nº 581/2011), por força do disposto no art. 7º, I, "h", da Lei nº 17.257/2011, indicada como simplesmente **SEGPLAN**, entrega o imóvel estadual a seguir discriminado, à **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA**, representada pelo Secretário **Joaquim Cláudio Figueiredo Mesquita**, brasileiro, divorciado, portador da CI MG-5.452.371 e inscrito no CPF nº 007.306.496-36, residente e domiciliado nesta Capital, doravante simplesmente designada **SSPJ**, nas seguintes condições:

I – OBJETO

A **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA** recebe por este Termo de Entrega, a título precário e gratuito, uma área de 5.825,41 m², parte integrante do imóvel público estadual localizado entre as Avenidas C-206, C-198, C-023 e C-221, Jardim América, no município de Goiânia-GO, registrado sob a matrícula nº 19.042, do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da respectiva Comarca, conforme Certidão de Registro fl. 11, Relatório de Vistoria nº 78/2013 fls. 46/49, Levantamento Planialtimétrico e Memorial Descritivo fls. 50/51, constantes no Processo Administrativo nº 201300011000205, com os seguintes limites e confrontações: frente: 91,69 metros, confrontando com Av. C-198; lado direito: 81,04 metros confrontando com o Distrito Sanitário Sul (SMS de Goiânia) e Ministério Filantrópico Terra Fértil (Creche); fundos: 72,53, confrontando com Av. C-023; 1º Chanfrado: 6,00 metros confrontando com Av. C-023 e C-206; lado esquerdo: 49,19 metros, confrontando com Av. C-206 e 5,94 metros entre as Av. C-206 e C-198.



Handwritten signature

II – FINALIDADES

Pelo presente termo, o imóvel descrito no item anterior deverá ser utilizado, exclusivamente, para abrigar unidades do Corpo de Bombeiros Militar, sendo vedado o uso para qualquer outra finalidade.

III – OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA

3.1. A **SSPJ** se compromete a administrar, guardar, zelar e proporcionar o melhor uso do bem público, garantindo a conservação e utilização do bem.

3.2. Utilizar-se do imóvel exclusivamente para as obrigações assumidas, não podendo ser utilizado para outro fim, sob pena de estar descumprindo condição essencial do presente Termo, ensejando a adoção das providências para sua rescisão.

3.3. Não ceder, total ou parcialmente, o imóvel objeto deste, sob pena de incorrer em falta grave, que autorizará a adoção imediata de medidas para a rescisão do presente Termo.

3.4. Comunicar por escrito à **SEGPLAN** toda e qualquer obra a ser realizada no imóvel.

3.5. Restituir o imóvel objeto do presente Termo livre e desembaraçado, quando o exigir a **SEGPLAN** ou tão logo seja o presente Termo revogado.

3.6. A **SEGPLAN** poderá, a qualquer tempo e modo, realizar vistoria no imóvel, a fim de averiguar o cumprimento do presente termo, bem como comprovar a existência de adequada manutenção do uso do mesmo.

3.7. A **SSPJ** pagará as taxas relativas à água, energia elétrica e outros tributos que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel, correndo às suas expensas as despesas decorrentes de limpeza e conservação do imóvel, enquanto estiver no uso e gozo do mesmo.

IV – PRAZO, REVOGAÇÃO E INADIMPLEMENTO

O presente Termo terá a vigência por prazo indeterminado, sendo modificável e revogável unilateralmente pela Administração, a qualquer tempo, por conveniência da **SEGPLAN** ou rescindido no caso de inadimplemento das condições aqui estabelecidas, não gerando para a **SSPJ** qualquer direito indenizatório.




Regina

V – DOS ADITIVOS

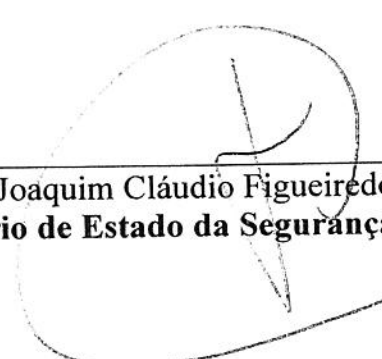
Quaisquer alterações deste Termo, exceto quanto à mudança de finalidade, serão realizadas, a critério das partes e segundo legislação vigente, mediante Termos Aditivos.

E, para que surta os efeitos jurídicos e legais, as partes assinam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Goiânia, 28 de junho de 2013.



Otávio Alexandre da Silva
Superintendente Executivo
Decreto nº 7.434/2011
Portaria nº 581/2011



Joaquim Cláudio Figueiredo Mesquita
Secretário de Estado da Segurança Pública e Justiça